

## EDUCAÇÃO SÓCIO MORAL NO DISCURSO PEDAGÓGICO DE ERASMO DE ROTTERDAM E COMENIUS

Cássia Virginia Moreira de Alcântara<sup>1</sup>

Página | 5

### RESUMO

O presente artigo aborda o tema da educação sócio moral no discurso pedagógico de dois grandes intelectuais da idade moderna destacando nesse discurso os princípios destinados à formação sócio moral do homem. Para realizar tal intento foram estudadas as obras de Erasmo de Rotterdam *De Pueris* e *A Civilidade Pueril* e a *Didática Magna* de Comenius destacando as práticas recomendadas por cada autor voltadas aos processos de formação sócio moral, e, identificando nestas práticas o firme propósito e a necessidade de civilizar o homem moderno.

Palavras-chave: Civilidade. Comenius. Educação Moral. Erasmo de Rotterdam. Pedagogia Moderna.

### Introdução

O estudo dos discursos pedagógicos de intelectuais da modernidade neste artigo é feito seguindo uma trilha específica e própria. Aqui, nossa finalidade é sublinhar, a partir da leitura de dois manuais de Erasmo de Rotterdam e da *Didática Magna* de Comenius os princípios de educação moral que se destacaram a partir do século XVI, e que tinham como objetivo a educação da criança.

Sabemos que os argumentos e princípios da educação sócio moral remetem a um passado que precisamos conhecer e aprender a contextualizar pois surgiram em situações concretas como respostas a uma realidade dentro da qual faziam sentido. Assim, ao revisitar este nascedouro da Pedagogia Moderna abrimos as portas através das quais esta história pode ser reconstituída para que possamos compreender os elementos que compõem o arcabouço histórico e cultural que constituímos ao longo destes séculos e que atenderam aos propósitos de sua época. Assim, através da reconstituição deste passado, poderemos identificar como foi se formando um conjunto de saberes que, aos poucos se consolidou em torno do que chamamos de função socializadora da infância.

Para Bourdieu e Passeron (1992, p. 20, grifo dos autores) “toda **ação pedagógica** (AP) é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural”. Está claro que, ao se tornar “imposição de um arbitrário cultural”, a ação

---

<sup>1</sup> Professora da Faculdade Pio Décimo. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe

pedagógica (AP) torna-se um meio através do qual o indivíduo é lapidado e transformado em sujeito social.

a “maneira suave” pode ser o único meio eficaz de exercer o poder de violência simbólica num certo estado das relações de força e de disposições mais ou menos tolerantes relativas à manifestação explícita e brutal do arbitrário. Se acontece que se possa acreditar hoje na possibilidade de uma AP sem obrigação nem sanção é pelo efeito de um etnocentrismo que leva a não perceber como tais as sanções do modo de imposição da AP característica de nossas sociedades: cumular os alunos de afeição, como fazem as professoras americanas, através do uso dos diminutivos e dos qualificativos afetuosos, através do apelo insistente à compreensão afetiva, etc., é encontrar-se dotado desse instrumento de repressão sutil que constitui a retratação de afeição, técnica pedagógica que não é menos arbitrária [...] que os castigos corporais ou a repreensão infamante. (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 31)

A pedagogização da infância surgiu como uma proposta a reboque do conceito de civilização. Como afirma Kuhlmann Jr. (2001, p. 27) “o conceito de civilização passou a impor o critério da necessidade das novas instituições sociais”. E as escolas foram se constituindo como espaços nos quais esta proposta poderia ser levada a termo. O historiador Ariès localiza o nascimento da instituição escolar em perfeita consonância com este objetivo quando afirma que

A escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles. A despeito das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. **Essa quarentena foi a escola, o colégio.** Começou, então, um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias; e ao qual se dá o nome de escolarização (ARIÈS, 1981, p.11, grifo nosso).

Não é senão por este motivo que ao referir-se às práticas socializadoras das instituições infantis Kohan (2003, p. 81, grifo nosso) as toma como jogos de constituição do sujeito social infantil.

Dessa forma, numa escola se joga muito do que uma criança é. Mas esse jogo (as regras que permitem jogar) não se dá nos saberes que ali se aprendem ou na cidadania que dizem estar-lhe ensinando. **O ponto mais energético do jogo está na constituição do próprio modo de ser**, na forma que toma a criança no interior de uma série de estratégias reguladas de comunicação e práticas de poder **que permitem produzir um certo “eu”**.

Ai está o sentido atribuído à expressão *pedagogização da infância*. Nesta expressão está contemplado um processo desencadeado na modernidade cuja finalidade é o controle sobre a infância tornando-a alvo de um conjunto de procedimentos “educativos” que têm a intenção de lhe dar uma modelagem condizente com as expectativas do processo civilizador.

Através desta reconstituição do discurso pedagógico moderno, poderemos identificar como foi se constituindo um conjunto de saberes que, aos poucos se consolidou em torno do que chamamos de função pedagogizante e moralizante da escola moderna.

## 1 A Pedagogia Moderna e os elementos da Educação Moral em Erasmo

Iniciamos esse percurso com Erasmo de Rotterdam e é o próprio Erasmo que nos ensina que a partir da Renascença o humanismo será marca de valor que orientará novas práticas de educação sócio moral com vista à formação de um “certo tipo” de homem.

Todo processo educativo, segundo Erasmo, está pautado pelo alinhamento cultural da época, a saber, o humanismo. Após tantos séculos em que era destacada apenas a dimensão teológica e religiosa do homem, agora, os pensadores de proa buscam fundamentar o valor do homem em sua própria estrutura existencial. O homem, enfim, vale por si e em si. (FERACINE, 2005, p. 12).

A pedagogia erasmiana será aqui discutida a partir dos elementos presentes em um manual intitulado *De Pueris (Sobre os meninos)* no qual Erasmo faz uma crítica ao sistema pedagógico vigente no século XVI aventurando-se a propor um novo modo de educar voltado para a formação e o cultivo do espírito humano.

Além deste também serão trazidos para essa análise os elementos do discurso pedagógico presentes em *A Civilidade Pueril* um manual destinado a orientar atitudes corretas e incorretas ao convívio social constituindo-se assim como um “código de compostura” dedicado a nortear a educação do “nobilíssimo Henrique de Borgonha, filho de Adolfo, príncipe de Veere, criança de promissor futuro.” (FERACINE, 2005, p. 115).

A partir da leitura destas duas obras nosso objetivo é identificar como a educação sócio moral foi proposta por Erasmo, quais os seus agentes e princípios norteadores e quais as recomendações que deveriam ser seguidas para se cumpra a educação do homem moderno segundo Erasmo.

Já nas primeiras páginas do manual podemos identificar os agentes desta proposta de educação, que para Erasmo deveria ser dada pelos pais com precocidade “antes que a idade fique menos dúctil e o ânimo mais propenso aos defeitos ou até mesmo infestado com as raízes de vícios tenacíssimos” (ERASMO, 2005, p. 21).

Porém, é importante frisar que em nota de rodapé do tradutor podemos ler: “A paternidade tem duas dimensões: a física e a espiritual. A educação como paternidade espiritual andava em apreço entre os humanistas. Sadoletto, na obra *De liberis recte instruendis* (1533), considerava-se verdadeiramente pai do sobrinho porque tinha instruído e educado.” (COMENIUS, 2005, p. 21). Talvez por isso, já nas páginas seguintes vejamos a recomendação dada por Erasmo para a contratação de um pedagogo competente que pudesse se incumbir da educação da criança.

Para tanto deves, desde logo, procurar um homem de bons costumes e de caráter meigo, dotado de conhecimentos invulgares, a cujo regaço possas confiar teu filho como ao nutriz de seu espírito a fim de que, a par do leite, sorva o néctar das letras e, assim divididas, por igual, os cuidados entre as amas e o preceptor de sorte que aquelas lhe fortifiquem o pequeno corpo com o melhor dos sucos enquanto este zela pela mente subministrando ensinamentos salutares e honestos. (ERASMO, 2005, p. 22).

Depreende-se que a educação da criança deveria ser destinada a um preceptor. Mas, no capítulo IV quando trata dos Agentes na Educação, Erasmo alerta aos pais sobre os perigos e consequências da escolha de um pedagogo que não esteja à altura desta tarefa. Assim diz:

Conta-se, a propósito, que Alexandre Magno, quando criança, fora iniciado em alguns vícios pelo pedagogo Leônidas de sorte que deles não se livrou nem depois de adulto, já alcandorado ao poder imperial. [...]. Outrora era de obrigação, qual dever primordial de amor, instruir os consanguíneos na área da virtude e da erudição. Com a deterioração dos costumes, o comodismo persuadiu que tal encargo fosse entregue ao pedagogo doméstico e, assim, um ser livre fica aos cuidados de algum escravo para fins instrucionais. Aceita tal praxe, ao menos que houvesse critério na escolha. Então o perigo seria minorado na medida em que o educador não só ficasse sob a vigilância dos pais, mas ainda debaixo do controle dos mesmos em caso de eventual defecção. (ERASMO, 2005, p. 62).

E adiante ainda insiste nesta questão afirmando que “Na verdade, de maior acerto mesmo, seria que os próprios pais capacitassem a si mesmos para a área de letras e, assim, transmitissem ciência a seus filhos.” (ERASMO, 2005, p. 63, grifo nosso). Portanto, o que se pode concluir é que para Erasmo, preferencialmente os pais deveriam ser os agentes da educação dos filhos estendendo-se essa função até mesmo à arte de instruir.

Fortalecemos nosso argumento destacando ainda os seguintes trechos quando Erasmo antecipa-se afirmando que as pessoas não de dizer que “todos não dispõem de tempo para arcar com essa missão” (ERASMO, 2005, p. 63), mas em resposta contra-argumenta questionando: “Quanto tempo não se esbanja em bebedeiras, em jogos de azar, em espetáculos e encenações burlescas. [...]. Se não é possível abrir espaço para todas as obrigações, ao menos que os filhos tenham a parte preferencial.” (ERASMO, 2005, p. 63).

Podemos concluir que para Erasmo os agentes preferenciais da educação dos filhos são os pais. “Sem dúvida, ama pouco o filho quem se deixa de acídia em instruí-lo.” (ERASMO, 2005, p. 63).

E, entendemos que esta conclusão é perfeitamente coerente com a proposta educativa elaborada por este educador renascentista. Ao entender que a criança é um ser inacabado e precisa ser moldado, Erasmo defende que a educação lhe seja ofertada como uma possibilidade de tornar-se virtuosa sendo dos pais a responsabilidade maior pela concretização desta proposta.

A natureza quando te dá um filho não te outorga nada além de uma massa informe. A ti cabe o dever de moldar até a perfeição, em todos os detalhes, aquela matéria flexível e maleável. Se não levars a cabo esta tarefa, terás uma fera. Ao contrário, se lhes deres assistência, terás, diria eu, uma divindade. (ERASMO, 2005, p. 33).

Vê-se que a responsabilidade pela educação moral era direcionada aos pais e esta educação deveria se dar no âmbito doméstico o que é coerente com o que encontramos mais adiante, no capítulo V quando ele afirma que “Imperioso mesmo é ou não existir escola ou apenas haver escola pública.” (ERASMO, p. 69, grifo nosso). Ou seja, defende a escola pública somente como uma segunda opção por ser esta “adequada ao atendimento coletivo” (ERASMO, 2005, p. 69).

Mas quais seriam os fundamentos desta proposta educativa? No capítulo II, ao abordar as trilhas da aprendizagem, Erasmo define-a como: “o uso do hábito oriundo da natureza, mas aperfeiçoado pela razão.” Sendo que para ele natureza é “aquela docilidade e inclinação inseridas na pessoa para as coisas honestas.” E, razão é “a instância doutrinal que adverte e preceitua.” (ERASMO, 2005, p. 43).

Nesta concepção o homem é naturalmente bom e a razão é uma forma de perpetuar esta bondade natural devendo ser lapidada através da aprendizagem. Portanto a aprendizagem seria o meio através do qual se treinaria a razão para a conquista de tal intento. Assim vê-se que a educação é acima de tudo educação moral para Erasmo. Educação para a formação do espírito, para a formação do homem bom.

Os preceitos a orientar tal proposta são para ele os preceitos filosóficos. “Com efeito, os preceitos da filosofia são os olhos da mente.” (ERASMO, 2005, p. 43). Erasmo defende a proposta educativa pautada na filosofia e afasta-se de uma proposta empirista de educação. “A filosofia ensina mais em um único ano do que em trinta anos a mera experiência por enriquecedora que seja.” (ERASMO, 2005, p. 44). Assim enaltece a razão que se torna substrato no qual deve se assentar toda a proposta educativa. “Aliás, a razão alerta, de modo sucinto, para o que deve ser feito ou evitado.” (ERASMO, 2005, p. 44).

Ao tratar das orientações para escolha do preceptor defende um princípio educativo da maior validade para a educação moral e para a civilidade. Condena a poliarquia.

Poliarquia é coisa já condenada por Homero. Donde o velho adágio dos gregos: ‘A multidão de imperadores fez a ruína de Cária.’. Ademais, a troca seguida de médicos acarretou a morte para muitos. Também nada de mais inútil que a mudança sucessiva de preceptor. (ERASMO, 2005, p. 49).

Este é um princípio educativo que está diretamente relacionado à educação moral e às normas de civilidade pois sabemos o quanto é importante a ordem emanar de uma única direção para que o caminho seja claro e objetivo àquele que deverá percorre-lo dentro de um contexto coletivo.

Além deste destacamos ainda outro princípio educativo que é a participação dos pais nas atividades escolares dos filhos. “Dentre as peregrinas virtudes de Paulo Emílio, cita-se o fato que quando não estava ocupado com assuntos de governo, participava das atividades escolares dos filhos.” (ERASMO, 2005, p. 50).

Ainda no tocante aos princípios que devem nortear a educação Erasmo nos surpreende defendendo a liberdade vocacional. “Tal como a navegação decorre mais tranquila quando o vento e as ondas favorecem, assim mais facilmente, somos instruídos naquilo para o qual a inclinação do espírito nos conduz.” (ERASMO, 2005, p. 52).

Defende também que as crianças sejam instruídas desde cedo, aliando a educação moral à instrução das disciplinas. “Na verdade, tal como as virtudes, assim as disciplinas escolares têm as suas iniciações. A filosofia possui infância, juventude e maturidade. [...]. Enquanto a idade é tenra é que aproveita o ensino.” (ERASMO, 2005, p. 53-54).

E, sobre as técnicas educativas, argumenta que a aprendizagem se dá por imitação. “[...] a natureza prendou a criança de todo gosto pela imitação de tal sorte que tudo quanto ela vê e escuta, tenta, em seguida, reproduzir, comprazendo-se no sucesso.” (ERASMO, 2005, p. 57). E que as coisas a serem ensinadas às crianças sejam “selecionadas pela qualidade e adaptadas àquela idade que capta mais o lado jocoso e menos as sutilezas.” Posiciona-se assim a favor de uma educação lúdica, apropriada à criança, através da qual “a maneira leve

de propor os assuntos faz com que seja entretida como se brincasse em vez de praticar uma tarefa. Nesse sentido aquela idade deve ser ludibriada com certos artifícios de fantasia [...]” (ERASMO, 2005, p. 66).

Coadunando esta proposta educativa com as qualidades do professor sugere que sejam elas a arte de educar e a arte de amar. Para ele “O primeiro grau da aprendizagem consiste no amor ao professor.” (ERASMO, 2005, p. 66). Ressalta assim a importância do desejo de aprender: “Aprende muito mais quem arde no desejo de aprender” (ERASMO, 2005, p. 66). Portanto, para Erasmo (2005, p. 67) “a primeira tarefa do professor consiste em ser benquisto. A seguir, paulatinamente, sobrevém não o terror, mas o respeito liberal que vale mais do que o medo.” Desta forma vemos também que Erasmo defende uma antipedagogia do castigo, afirmando que “em princípio, todo castigo é contraproducente”. (ERASMO, 2005, p. 70).

Como afirmam Bourdieu e Wacquant (2001, p. 24) “a violência simbólica nunca se exerce, de fato, sem uma forma de cumplicidade (extorquida) daqueles que a sofrem [e de forma] consciente ou inconsciente [todos] orquestram, e até por vezes, organizam o processo de conversão coletiva...”. As tecnologias de poder utilizadas se diversificam para conseguir seu intento.

Destarte, destaca-se o sentido atribuído à educação moral em Erasmo contemplando um processo cuja finalidade é o controle sobre a infância tornando-a alvo de um conjunto de procedimentos “educativos” apropriados a especificidade da criança mais que têm a clara intenção de lhe dar uma modelagem condizente com as expectativas do processo civilizador.

Isso fica mais claro ainda quando lemos *A Civilidade Pueril*. Já desde o preâmbulo da obra Erasmo afirma que

A arte de instruir criança consta de diversas etapas. A primeira e a principal consiste em fazer com que o espírito ainda tenro receba as sementes da piedade; a segunda que tome amor pelas belas artes e aprenda o bem; a terceira, que seja iniciada nos deveres da vida; a quarta, que se habitue, desde cedo, com as regras da civilidade. (ERASMO, 2005, p. 123).

Note-se então que a modernidade demandou a produção de um certo “*eu*”, um tipo social que, segundo Elias (1994) é proclamado por um coro de vozes a requerer o aprimoramento da condição humana que em verdade nada mais é do que uma nova modalidade de conduta que exige que o indivíduo controle incessantemente seus impulsos. E, as crianças também estão incluídas neste processo pois

em parte automaticamente, e até certo ponto através da conduta e dos hábitos, os adultos induzem modelos de comportamentos correspondentes nas crianças. Desde o começo da mocidade, o indivíduo é treinado no



autocontrole e no espírito de previsão dos resultados de seus atos, de que precisará para desempenhar as funções adultas (ELIAS, 1994, v. 2 p. 202).

Esse processo de pedagogização que caracteriza a sociedade moderna se preocupará com a produção de um conjunto de saberes que devem ser organizados em propostas metodológicas e consolidados em modelos pedagógicos que passam a cumprir a função de orientar os professores que exercem a função socializadora propriamente dita.

No capítulo I Erasmo nos brinda com uma série de recomendações acerca das atitudes corretas e incorretas para o homem civilizado. Dentre elas destacamos uma que diz respeito à infância, objeto mais direto deste artigo.

Para que a boa índole da criança seja transparente (e nada como os olhos para revela-la), convém que o olhar seja plácido, respeitoso e circunspecto. [...]. Que não se olhe obliquamente porque isso é próprio dos desconfiados ou dos maquinadores de ciladas. Não estejam os olhos, desmesuradamente, abertos porque isso evoca imbecilidade. Cerrar as pálpebras e piscar expressam inconstância. (ERASMO, 2005, p. 125).

Também se vê que a proposta é transformar a criança numa pessoa afável, que inspire confiança e transborde a ideia de espírito do bem. Mais adiante, também se constata essa intenção formadora quando afirma como deve se comportar a criança quando é presenteada pelos pais com roupas bonitas:

Se teus pais te presenteiam com roupas bonitas, não fiques a voltar os olhos sobre ti mesmo em contemplação nem te ponhas a gesticular de alegria nem te presentes para ser admirado pelos outros. Isso seria o mesmo que imitar os macacos ou o pavão. Que os outros te observem enquanto fazes por ignorar que estás sendo alvo de atenção. (ERASMO, 2005, p. 136).

O que se deseja formar então é um sujeito cuja discrição seja referencia para um modo de passar despercebido e perfeitamente inserido num contexto coletivo do qual não deverá destoar. Também são dadas orientações que ensinam o respeito aos pais e aos mais velhos, não proferir palavras obscenas, não brigar, não ostentar superioridade perante os outros, enfim, não provocar rivalidade com ninguém e nem ser curioso e bisbilhoteiro. Enfim, todas as orientações estão dirigidas a uma intenção maior qual seja a de formar o homem dócil.



## 2 A Pedagogia Moderna e os elementos da Educação Moral em Comenius

O pastor morávio Jan Amós Comenius escreveu a Didática Magna no século XVII com o objetivo de transformá-la num tratado universal da arte de ensinar tudo a todos. No que tange, especificamente, aos ensinamentos morais, ou seja, a educação dos bons costumes, como afirma Comenius, a Didática traz em seu bojo, como objetivo maior, o desejo de: “[...] educar a juventude [...], para que os espíritos dos jovens sejam preservados das corruptelas do mundo e para que as sementes de honestidade neles lançadas sejam, por meio de admoestações e exemplos castos e contínuos, estimuladas para que germinem felizmente [...]” (COMENIUS, 2002, p. 39).

São as propostas pedagógicas contidas nesta Didática que serão aqui analisadas como postulados morais que serão marca de valor a impregnar a Pedagogia Moderna construindo um novo modo de lidar com a infância, retirando a criança da promiscuidade do mundo adulto e destinando-lhe um novo modelo de educação.

Para isso, a Didática é dirigida aos pais, professores e aos próprios estudantes lhes apresentando esses retos princípios que devem nortear a educação dali por diante:

Aos pais que, até agora, na maioria dos casos, ignoravam o que deveriam esperar de seus filhos. [...] Aos professores, a maior parte dos quais ignoravam a arte de ensinar. [...]. Aos estudantes, porque poderão, sem dificuldade, sem tédio, sem gritos e sem pancadas, como que divertindo-se e jogando, ser conduzidos para os altos cumes do saber. (COMENIUS, 2002, p. 47).

Mas que saber é este que a Didática Magna propõe? Comenius propõe três espécies de educação. A instrução, entendendo por instrução “o conhecimento pleno das coisas, das artes e das línguas”, a educação dos costumes, entendendo por costumes “não apenas a urbanidade exterior, mas a plena formação interior e exterior dos movimentos da alma” e a educação religiosa “veneração interior, pela qual a alma humana se liga e se prende ao Ser supremo” (COMENIUS, 2002, p. 75).

Neste artigo vamos nos deter mais especificamente sobre a educação dos bons costumes por ser nosso objeto de análise. No capítulo V Comenius afirma que “as semente destas três coisas – da instrução, da moral e da religião – são postas dentro de nós pela natureza.” (COMENIUS, 2002, p. 79), mas é necessário “fazer germinar e desenvolver as coisas das quais ele contém o gérmen em si mesmo e fazer-lhe ver qual a sua natureza.” (COMENIUS, 2002, p. 83). Afirma também que é “inata no homem a aptidão para o saber

mas não o próprio saber.” (COMENIUS, 2002, p. 101) e que por isso “ninguém acredite, portanto, que o homem pode verdadeiramente ser homem, a não ser aquele que aprendeu a agir como homem, isto é, aquele que foi formado naquelas virtudes que fazem o homem.” (COMENIUS, 2002, p. 102). Assim, abre as portas para um modelo educacional a ser ministrado daí por diante. Apresenta-se a partir daí um rol de sugestões que devem nortear a postura do homem moderno.

O homem, enquanto tem um corpo, é feito para trabalhar; vemos, todavia, que de inato ele não tem senão a simples aptidão; pouco a pouco, é necessário ensinar-lhe a estar sentado e a estar de pé, a caminhar e a mover as mãos, a fim de que aprenda a fazer qualquer coisa. [...]. o homem é um animal cheio de mansidão e de essência divina, se é tornado manso por meio de uma verdadeira educação; se, pelo contrário, não recebe nenhuma ou a recebe falsa, torna-se o mais feroz de todos os animais que a terra produz. (COMENIUS, 2002, p. 103- 107).

Desta forma, introduz o argumento da educação como meio para a formação de uma cultura: “Estes fatos demonstram em geral, que a cultura é necessária a todos.” (COMENIUS, 2002, p. 103- 107) transformando a educação nesta via que conduz ao processo civilizatório.

Para tanto considera a infância o período privilegiado para que esta educação ocorra. Considerando “semelhante a condição do homem e a da árvore [...] [afirma] agora importa demonstrar que esta plantação deve ser feita enquanto as plantas são novas.” (COMENIUS, 2002, p. 103- 111) privilegiando assim a educação da criança e defendendo a conveniência de “instruir-se, o mais cedo possível, naquilo que deve fazer-se nesta vida, a fim de não sermos obrigados a partir, antes de termos aprendido o que devemos fazer.” (COMENIUS, 2002, p. 113). Porque para ele “[...] só é firme e estável aquilo de que se embebe a primeira idade.” (COMENIUS, 2002, p. 103- 116).

“Demonstrado que as plantazinhas do paraíso [...] não podem crescer à maneira de uma selva mas precisam de cuidados” (COMENIUS, 2002, p. 119), Comenius passa defender a criação das escolas como espaços para a efetivação desses cuidados. Vemos assim nascerem as escolas como locais que se transformarão em abrigos para a formação do homem novo. Um local onde deve se admitir a todos, pobre e ricos, homens e mulheres, oferecendo-lhes uma educação universal voltada para o cultivo “de bons pensamentos, de bons desejos, de boas inspirações e também de boas obras.” (COMENIUS, 2002, p. 132).

E como devem ser administrados esses cuidados? O princípio foucaultiano da docilização dos corpos pode ser encontrado também no texto de Comenius e do mesmo modo que Erasmo defendeu a antipedagogia dos castigos, Comenius (2002, p. 154) defende que essa “formação se faça sem pancadas, sem violências e sem qualquer constrangimento, com a máxima delicadeza, com a máxima doçura [...]” como foi, a partir do Estado Moderno, assim instituída como uma nova forma de controle

social que não se faz mais sobre o corpo e sim atuando no próprio corpo com o que Foucault (2001) veio a chamar de biopoder.

Sua intenção, portanto, é transformar as escolas em espaços onde se cultive a ordem que deve ser a “regra universal perfeita na arte de tudo ensinar e de tudo aprender” (COMENIUS, 2002, p. 186). A partir do princípio ordenador institui o currículo seriado organizando: “a totalidades dos estudos em classes” distribuindo “meticulosamente o tempo, de modo que a cada ano, mês, dia e hora seja atribuída sua tarefa especial” e que se “observe estritamente esse horário e essa distribuição das matérias escolares de modo que nada seja deixado para trás e nada seja invertido na sua ordem.” (COMENIUS, 2002, p. 227). “O poder se articula diretamente sobre o tempo; realiza o controle dele e garante a sua utilização”. (FOUCAULT, 2001, p. 136). Assim, Comenius (2002, p. 302) recomenda que o professor mantenha-se “num lugar elevado, lançar os olhos em redor e não permitir a nenhum aluno que faça outra coisa senão ter os olhos fixos nele.”. É o princípio da “*clausura*” que segundo Foucault (2001) modifica-se e torna-se muito mais flexível e fina adquirindo novos contornos com a modernidade. A disciplina se materializa nos espaços e exerce controle sobre os corpos em movimento. A organização das salas de aulas também responde a esse processo de disciplinarização. Os alunos têm seus lugares determinados e há um espaço para cada um. Trata-se do “*quadriculamento*. Cada indivíduo no seu lugar; e um lugar para cada indivíduo”. A organização do espaço viabiliza o controle dos corpos. Se há um lugar para cada um torna-se mais fácil exercer controle sobre “as presenças e ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo” (Foucault, 2001, p. 123).

E a conclusão é dada pelo próprio Comenius (2002, p. 232) “Se todas essas regras forem observadas escrupulosamente, será quase impossível que as escolas falhem na sua missão.”. E toda essa nova forma de organização escolar, todos esses princípios estão a reboque da proposta disciplinar assim como da educação moral que se encontram atreladas. Tanto que Comenius (2002, p. 378) afirma “Tudo que dissemos até aqui é acessório. Chegamos finalmente no essencial: a moral e a piedade.” E, apresenta neste capítulo, os dezesseis cânones da moral. “Implantar na juventude todas as virtudes sem excetuar nenhuma. [...]. Em primeiro lugar [...] as virtudes cardeais: prudência, justiça, fortaleza e temperança. [...]. Nada em excesso! [...]. obedecer em tudo e sempre, aos superiores, com a máxima prontidão. [...]. Os pais, as mães, os professores e os discípulos deem exemplos de vida disciplinada que, como faróis, brilhem sempre diante das crianças. (COMENIUS, 2002, p. 378-387).

Enfim, pudemos observar como Comenius vê na infância a possibilidade formadora do sujeito social adequado ao povir da sociedade industrial nascente. Comenius esteve atento a todas as transformações socioculturais de seu tempo transformando sua Didática Magna num mecanismo de ordenamento social.

## Referências

ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1981.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. Prefácio: Sobre as artimanhas da razão imperialista. . In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). *Escritos de educação*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 17-32.

COMENIUS, John. *Didática Magna*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. 2v. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ERASMO DE ROTTERDAM. *De Pueris (Dos Meninos). A civilidade Pueril*. São Paulo: Editora Escala, 2005.

FERACINE, Luiz. APRESENTAÇÃO. In: ERASMO DE ROTTERDAM. *De Pueris (Dos Meninos). A civilidade Pueril*. São Paulo: Editora Escala, 2005, p. 11-12.

FERACINE, Luiz. APRESENTAÇÃO. In: ERASMO DE ROTTERDAM. *De Pueris (Dos Meninos). A civilidade Pueril*. São Paulo: Editora Escala, 2005, p. 115-121.

FOUCAULT, Michel. Os corpos dóceis. In: \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 24. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2001, p. 117-142.

KOHAN, Walter Omar. *Infância. Entre educação e filosofia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

KUHLMANN, Moysés Jr. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.